

FORMAÇÃO E PRÁTICA PROFISSIONAL EM ARQUEOLOGIA: REFLEXÕES DE UM RECÉM-LICENCIADO

por

Sérgio R. Gomes

Cansamo-nos de pensar, de ter opiniões nossas, de querer pensar para agir. Não nos cansamos, porém, de ter, ainda que transitoriamente, as opiniões alheias, para o único fim de sentir o seu influxo e não seguir o seu impulso.

Bernardo Soares

O Livro do Desassossego – Trecho 239

INTRODUÇÃO

Após concluir a Licenciatura em História, Variante de Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, senti uma falta de preparação em vários níveis. Esta situação levou-me a continuar a formação académica estando neste momento a fazer o Mestrado em Arqueologia, investimento que suporte financeiramente através da colaboração, enquanto prestador de serviços a recibos verdes, com uma empresa de Arqueologia. Esta nova etapa tem-se revelado muito mais estimulante porque, apesar das inúmeras dificuldades, caracteriza-se por uma gradual tomada de consciência da forma como se processa a actividade arqueológica.

Esta nova dinâmica acabou por desenvolver em mim um constante sentimento de inquietação face à sua novidade. Com efeito, durante a Licenciatura, quase todas as actividades desenvolvidas decorriam serenamente no âmbito académico, situação que evoluiu rapidamente para um estado de perplexidade quando deixei a Faculdade. Os novos desafios acabaram por contribuir para o esclarecimento da minha sensação de insegurança e de falta de preparação quando terminei o curso.

Na actividade profissional parte dos problemas resolvem-se com uma prática de diálogo no sentido de compreender os diferentes interesses que a actividade arqueológica comporta. Desta comunicação resulta, de vez em quando, uma situação de esclarecimento das especificidades das partes intervenientes permitindo uma melhor negociação e resolução dos problemas.

O diálogo e a negociação com os outros sectores são aspectos fundamentais a serem desenvolvidos durante a Licenciatura. Com efeito, os conhecimentos e as técnicas que aprendi só resultam a partir do momento em que as pessoas e as instituições alheias à actividade arqueológica demonstram uma sensibilidade à salvaguarda do património e à importância da actividade arqueológica neste domínio. Deste modo, penso que a formação em arqueologia deveria ser praticada em função da necessidade da existência deste esclarecimento e sensibilidade, porque, em última análise, são eles que permitem a “expansão” da arqueologia para domínios que até aqui lhe estão vedados e, conseqüentemente, uma salvaguarda do património mais eficaz.

Esta situação alertou-me para as potencialidades da arqueologia na transformação da sociedade e do mundo, ou seja, deixei de a ver enquanto um conjunto de técnicas e axioma para a equacionar enquanto um pensamento partilhável e necessário à construção de um mundo digno para todos. Todavia, analisando a forma como decorreu a minha formação e integração na actividade arqueológica, constato que a preocupação com os aspectos “comunicacionais” da mensagem arqueológica eram frequentemente descuidados.

Em função destas experiências e da sua integração em questões mais abrangentes associadas aos problemas do ensino e da sociedade em geral, tentei contribuir para divulgar as dificuldades que alguns recém-licenciados como eu experimentam quando tentam ser arqueólogos, alertando deste modo para a necessidade em discutir entre todos a alteração de alguns aspectos no modo como decorre o ensino da arqueologia.

ENSINO, PRÁTICA PROFISSIONAL E INTERVENÇÃO SOCIAL EM ARQUEOLOGIA: CONTRIBUTOS PARA UMA MAIOR INTERACÇÃO ENTRE ESTAS “DIMENSÕES”

(...) a Universidade ultrapassará o confronto entre duas lógicas que é costume opor sem razão: a lógica do serviço público e do mercado de trabalho. A sua missão intelectual e social no seio da sociedade, ganhará de novo sentido como uma das instituições que contribui para a garantia dos valores universais e do património cultural.

(DELORS, J., 1996, pp. 23 e 24)

(...) assiste-se ao desenvolvimento de uma tendência não só para a introdução do conceito de tecnologia no lugar do de técnica, como também para a substituição das limitações tradicionalmente inerentes à ideia de ensino pela abertura que oferece, em si, a concepção de educação. Estas alterações correspondem, em termos gerais, à preocupação crescente em se consagrar, no próprio espaço da formação específica, a simbiose entre a conceptualização científica e a operacionalização técnica, em harmonia, por seu turno, com uma visão global do mundo e dos comportamentos. Tudo isto em função de um idealismo prático ou, se se quiser, de um novo pragmatismo capaz de conjugar os objectivos de eficácia imediatos com as finalidades, igualmente percebidas como decisivas, de um projecto antropocosmológico mais vasto.

(CARVALHO, A. D, 1994, p. 11)

Se a Arqueologia já ultrapassou a “boçalidade” mental do passado, em que a singularidade dos pensamentos correspondia ao primarismo dos métodos, ainda lhe falta muito para atingir a elegância e a complexidade de outras ciências sociais – e só quando o conseguir terá o estatuto social a que aspira, e o respeito dos decisores que agora exploram o seu valor simbólico, despudoradamente, como campo privilegiado de propaganda política e promoção pessoal.

(JORGE, V. O., 2000, p. 151)

A formação em arqueologia, tal como em muitos outros cursos superiores, desenrola-se no espaço universitário muitas vezes em desajustamento com o mundo exterior. Com efeito, o ensino reduz-se frequentemente ao “adestramento” de algumas técnicas e conhecimentos no âmbito da resolução de exercícios desprovidos da complexidade da investigação arqueológica.

Esta situação é da responsabilidade de todos os agentes intervenientes no processo de formação e resulta de um sentimento geral de conformidade face às inúmeras lacunas de um curso que, durante muito tempo, era uma variante da Licenciatura em História. A criação de um curso autónomo em Arqueologia parece-me ter sido a remissão dos pecados possível. Nas conversas com os colegas que estão a fazer o novo curso, chega-se à conclusão que não se fez mais do que integrar no currículo uma série de actividades de campo que os alunos que queriam ser arqueólogos faziam enquanto voluntários. Ainda que esta nova configuração do ensino da arqueologia tenha trazido inúmeras vantagens no que diz respeito ao domínio de técnicas, não resolveu um problema de fundo: a reforma deu seguimento ao carácter marginal da arqueologia no mundo da cultura, da investigação e dos problemas sociais.

A “Faculdade”, espaço de formação por excelência, não é mais que o palco onde tecnocratas e tecnocratas-aprendizes, lamentando-se uns dos outros, encetam uma espécie de desânimo aprendido face à capacidade de transformar uma situação de incompreensão de parte a parte. Neste contexto, a formação tem uma dinâmica sequencial baseada na obtenção de aprovação nas diferentes áreas do currículo, sem que haja um exercício de escalas de pensamento necessário à ruptura do círculo vicioso em que a aprendizagem se processa e, principalmente, um diálogo aberto que permitisse a partilha de experiências, angústias e expectativas.

Esta dinâmica acaba por ser cómoda para todos; não haja dúvida de que a solicitação à reprodução taxativa de conhecimentos é uma situação que garante tanto a alunos como professores uma segurança no que diz respeito à aprovação ou reprovação numa determinada cadeira. Assim, o cumprimento do currículo habilita o formando para o exercício da arqueologia, sem que, alguma vez, este se tenha apercebido da complexidade dos conhecimentos que reproduz ou da sua importância para a sociedade em que se insere.

Esta situação é igualmente reconfortante para o todo social. O paradigma técnico vigente criou os “especialistas”, tecnocratas que respondem eficazmente e de uma forma expedita aos problemas da sua área de conhecimento! A existência de mais licenciados torna-se sinónimo da existência de mais técnicos credibilizados para o exercício de determinada função. A Universidade presta o seu serviço através da produção de uma massa crítica de técnicos capaz de tratar dos assuntos da sua especialidade, passando estes a serem os responsáveis pelo progresso nesse domínio. A sociedade desresponsabiliza-se da especificidade dos problemas, encaminhando-os para as estruturas do poder político, onde

existem técnicos a quem cabe o ónus da resolução destas questões. Este esquema de tipo “endosso” inviabiliza a discussão colectiva, alimentando uma condução da sociedade baseada em raciocínios monoliticamente impostos, e sustentada pelo saber técnico. Vive-se numa democracia de “monos” e numa realidade construída pelos pareceres dos especialistas, onde a bandeira do “bem comum” e da vontade da maioria permite a satisfação de alguns interesses. Neste sistema a elite favorecida celebra ironicamente as suas tentativas de dignificar a vida dos cidadãos.

No caso da arqueologia, a licenciatura legitima a acção e o parecer de indivíduos numa realidade desconhecida à dinâmica académica a que estão habituados. Inseridos nesta teia, os licenciados apercebem-se, que a negociação do valor do património pode ser uma actividade altamente lucrativa desde que essa avaliação seja feita em função dos imperativos económicos. Assim, a elite responsável pela salvaguarda do património e pelo estudo do passado entra num esquema onde facilmente florescem algumas formas de “dandismo”. O interesse científico e cultural associa-se à ostentação social materializada na ocupação de postos chave na esfera da decisão política. Esta situação resulta frequentemente numa postura adversa à ciência e à finalidade da prática arqueológica.

A superação desta situação passa pela socialização integral do conhecimento arqueológico, tendo a formação académica em arqueologia um papel fundamental neste processo. Com efeito, compete à Universidade, entendida como uma das instituições responsáveis pela defesa dos valores universais e do património cultural, o papel de agente dinamizador na criação de uma mentalidade onde a salvaguarda do património, mais do que um apelo, seja uma condição à criação de uma vida digna para todos.

Nesta ordem de ideias, a licenciatura em arqueologia deveria ser concebida enquanto pretexto para a execução de um projecto de maior envergadura, que passa tanto pela formação de especialistas como de uma sociedade sensível e esclarecida relativamente aos bens patrimoniais colectivos. Deste modo, seria possível criar, contra o saber e o parecer do especialista, os saberes e os pareceres dos outros domínios da sociedade, bem como a criação de um contra-poder ao poder controlador e mediatizador da esfera política. Com efeito, esta seria a situação ideal para a criação de um património efectivamente partilhável, por resultar de uma negociação onde participam todos os elementos sociais.

«O que parece essencial aceitar-se é que praticar ciência, qualquer ela que seja, é um acto eminentemente social, que implica a alocação de meios por parte da comunidade, e que, em última análise, “o sábio” não é um ente isolado, mas funciona numa “rede”, que não só o legitima enquanto membro, mas dele exige um conjunto de posturas, incluindo as éticas. Deve porém o investigador estar sempre atento à sua situação de tendencial enclausuramento num sistema de convenções que, com facilidade, lhe imprime hábitos de pensar que o levam a dificilmente aceitar que há vários tipos de racionalidade, que pode haver vários tipos de ciência, que há certamente vários tipos de legitimação de conhecimentos e de técnicas – em suma, que a sociedade contemporânea, embora emprestando uma grande importância simbólica à ciência, conhece uma grande diversidade de comportamentos, de práticas, de discursos, sobre os quais o “cientista” se deve debruçar com a modéstia de ser apenas mais um cidadão entre muitos, e não com a sobrançeria de possuir “a verdade”. Não deve sentir-se detentor do conhecimento, mas apenas de um conjunto de axiomas, de técnicas e de experiências próprias para ir aumentando uma certa modalidade de conhecimento (entre outras), e manter-se aberto a conhecimentos alternativos.»

(JORGE, V. O., 2000, pp. 146 e 147)

Aumentar a componente cívica na formação académica é fundamental para a criação de uma nova postura por parte dos arqueólogos. Este carácter cívico deve ter uma linha de acção tanto no sentido curricular como na criação de uma plataforma de diálogo entre a Universidade e o meio em que esta se insere, ou seja, é necessário que a formação passe pela prática de uma arqueologia de intervenção/sensibilização social.

Aproveitando um momento em que a arqueologia se tornou uma referência na sociedade e está em processo de afirmação no mercado de trabalho, a formação académica deveria preocupar-se em alertar os alunos para a complexidade da actividade em que se querem profissionalizar. Esta preocupação poderia ser passada à prática pela abertura da Universidade ao mundo exterior com o objectivo de tornar as questões da arqueologia vivenciáveis por todos os cidadãos. Este projecto poderia ser o arranque para uma série de reformas; se pensarmos na necessidade de diálogo entre professores e alunos num empreendimento destes, torna-se mais fácil pensar numa formação que vá além da aprovação às cadeiras. Simultaneamente, o diálogo com a sociedade e o mundo do trabalho permitiria o seu conhecimento e, conseqüentemente, era possível adequar a formação face às necessidades e exigências detectadas, ou encetar uma estratégia de transformação para mudar uma situação menos favorável.

O objectivo de disseminar a consciência arqueológica não é difícil de se concretizar desde que tanto alunos como professores adoptem a arqueologia como uma abordagem necessária à projecção e realização de um desenvolvimento sustentado. Para isto é necessário colocar o saber arqueológico ao serviço dos grandes desafios da sociedade contemporânea. Com efeito, se pensarmos na globalização e nos perigos inerentes a este fenómeno no que diz respeito à homogeneização e massificação da humanidade, o pensamento arqueológico pode contribuir para a resolução da tensão entre o universal e o singular decorrente desse processo. «A mundialização da cultura vai-se realizando progressiva mas parcialmente. É, de facto, inevitável com as suas promessas e os seus riscos, um dos quais, e não, concerteza, o menos importante, consiste no esquecimento do carácter único de cada pessoa, do apelo que cada um sente de escolher o seu destino e realizar todas as suas potencialidades, mantendo-se a riqueza das suas tradições e da sua própria cultura, ameaçada, se não tivermos cuidado, pelas evoluções em curso». (DELORS, J., 1996, p. 14).

Perceber a arqueologia como uma actividade que contribui para a perpetuação da memória e da identidade de um determinado lugar, comunidade ou indivíduo, e difundir estes conhecimentos como uma forma de combater a alienação e a massificação correntes, é o desafio que a arqueologia se deve colocar a si mesma. Este objectivo, tornando-se partilhado por alunos e professores, pode permitir uma profunda alteração do actual estado do ensino da arqueologia. Com efeito, a formação deixa de se passar unicamente dentro da instituição para se tornar num processo onde formadores e formandos são os agentes dinamizadores do esclarecimento da sociedade. Através da realização de projectos que alberguem a pesquisa arqueológica, a difusão dos conhecimentos e a importância da salvaguarda da memória colectiva para a sobrevivência de um determinado lugar ou comunidade, a arqueologia cumpre a sua função social ao contribuir para o conhecimento da particularidade de um determinado elemento da realidade e para a discussão da sua transformação, assumindo uma dimensão integradora de interesses díspares.

O estudo do passado e a salvaguarda do património permitem desta forma, simultaneamente, o conhecimento que a Humanidade tem de si mesma e a criação de uma plataforma de diálogo onde são discutidas as decisões acerca de um futuro que se quer digno

para todos. «A consciência arqueológica deve integrar-se numa consciência ambiental, e enraizar-se nas populações, por forma a constituir focos de resistência ao desenvolvimentismo destruidor e à cultura turística dos “grandes monumentos” emblemáticos ou “típicos”, dos parques de lazer, dos centros comerciais e da construção especulativa, face visível da amnésia dos territórios, da destruição dos recursos perduráveis, e da prosperidade de uma cultura de massas de baixa qualidade, exclusivamente assente na lógica do lucro de uma minoria, e concomitantemente do embrutecimento e exploração da maior parte dos cidadãos.» (JORGE, V. O., 2000, p. 143).

Assim, a formação de carácter tecnocrata deixa de fazer sentido e dá lugar a um processo onde todos podem intervir de uma forma activa e crítica. Uma formação nestes moldes permite e incentiva o combate à onisciência económica dando azo à implantação de uma mentalidade dominada pelo paradigma humano e da capitalização cultural.

Por esta ordem de ideias, a formação em Arqueologia deveria ser orientada no sentido de profissionalizar os alunos em conhecimentos, técnicas e discursos que facilitassem a sua acção no processo acima proposto. A aprendizagem deveria ser antes de tudo um exercício de metacognição no sentido de compreender a pluralidade de posturas possíveis que o pensamento arqueológico permite. Assim, o diploma, em vez de especializar o licenciado, contribuiria para a formação de um cidadão crítico face à realidade em que se insere e que utiliza a sua formação de base para a resolução das tensões e desafios que experimenta e partilha.

Esta nova postura pedagógica permite alterar o actual estado da empregabilidade em arqueologia. Com efeito, a adaptabilidade, a cultura prospectiva e o espírito empreendedor inerentes ao processo de aprendizagem são posturas que contribuem para alterar um mercado de trabalho caracterizado pela precaridade. Desta forma, é possível a formação de um cidadão/arqueólogo activo, capaz de desfazer o aspecto estanque e sequencial das actividades profissionais, tornando a arqueologia uma actividade diversificada, pronta a responder aos desafios colocados pela mutabilidade do mercado de trabalho e pela sociedade em geral.

Esta configuração das formas de fazer, ensinar e divulgar a arqueologia contribuiria para uma revolução antropológica que é necessário acontecer. O futuro da Humanidade não pode depender exclusivamente de apelos circunstanciais ou de motivações políticas e económicas; é necessário que as decisões partam de uma resolução integrada das várias “tensões” existentes. Todavia, esta situação só será possível a partir do momento em que os cidadãos estejam esclarecidos e motivados para o fazerem, sendo que a prática de uma arqueologia de intervenção social tem um papel importante nesta mudança de mentalidade.

Com efeito, ao investigar e divulgar os valores patrimoniais, os arqueólogos caminham no sentido da promoção de “identidades” que funcionam como contra-poderes às instituições políticas, e cuja sobrevivência depende de uma prática de reivindicação do direito à existência própria. Simultaneamente, a arqueologia ao educar, instruir e nutrir o espírito de discernimento cumpre a sua função enquanto “saber”, deixando o seu actual papel “simbólico” para se tornar num meio de emancipação.

BIBLIOGRAFIA

- CARNEIRO, R. (1996), “A Evolução da Economia e do Emprego. Novos Desafios para os Sistemas Educativos no dealbar do Século XXI”, *A Educação do Futuro, O Futuro da Educação*, Porto, Edições Asa, pp. 37-62
- CARVALHO, A. D. (1994), “Pressupostos e Objectivos antropológicos de uma educação tecnológica”, *Utopia e Educação*, Porto Editora, pp. 11-17
- DELORS, J. (1996), “A Educação ou a Utopia necessária”, *Educação, um tesouro a descobrir*, Porto, Edições Asa, 11-29
- GARRIDO, J. L. G. (1996), “Principais Desafios lançados aos Sistemas Educativos no alvorecer do Século XXI: uma perspectiva internacional”, *A Educação do Futuro, O Futuro da Educação*, Porto, Edições Asa, pp. 13-36
- JORGE, V. O. (2000), “Fecundidade de uma perspectiva pragmatista “inquietante” (no sentido de Boaventura Sousa Santos) em Arqueologia”, *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular Vol. I – História, Teoria e Prática*, Porto, ADECAP, pp. 143-153.